

A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964

Vanessa Follmann Jurgenfeld¹

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP) e Docente (UFVJM)

vfolmann@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo discute alguns elementos da teoria do subdesenvolvimento brasileiro de Celso Furtado a partir de dois momentos históricos distintos de sua construção: antes de 1964 e depois de 1964, quando ele foi exilado do Brasil pelo golpe civil-militar. Esses dois momentos mostram modificações importantes de sua teorização. A discussão percorrerá dois elementos centrais da sua teoria: 1) as transformações nos rumos da industrialização brasileira no sentido do desenvolvimento nacional; e 2) as mudanças no papel do Estado Nacional diante de um capitalismo “pós-nacional”.

Palavras-chave: Celso Furtado; industrialização; Estado Nacional; pós-nacional; subdesenvolvimento.

ABSTRACT:

This article discusses some elements of Celso Furtado's theory of Brazilian underdevelopment from two different historical moments of his construction: before 1964 and after 1964, when he was exile by the civil-military coup. This two moments show us some important modifications of his theorizing. The discussion goes through two central elements of his theory: 1) the transformations in the directions of Brazilian industrialization in the sense of its national development proposes; and 2) the changes in the role of the National State in the face of "post-national" capitalism.

Keywords: Celso Furtado; industrialization; National State; post-national; underdevelopment.

¹ Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e doutoranda em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP. E-mail: vfolmann@hotmail.com.



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurginfeld

1. Os dois momentos da teorização de Furtado: uma introdução

A teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado deve ser discutida a partir de uma separação entre dois grandes momentos históricos: as suas publicações dos anos 1950 até 1963, e as posteriores, de 1964 até 2004, ano de sua morte. Os dois tempos guardam relação com mudanças importantes no capitalismo global, no Brasil e com modificações ocorridas em sua vida. Após o golpe civil-militar de 1964, Furtado foi exilado e a sua produção no exílio representou o início do segundo momento do seu pensamento, certamente muito mais crítico aos rumos tomados pelo país, o que seria nitidamente visualizado nas publicações de 1964 em diante. O próprio Furtado (1991) considerou que 1964 foi um “corte definitivo” no seu pensamento. Sobre esse período histórico, em sua autobiografia, escreveu:

O reconhecimento de que a sociedade brasileira estava marcada pela herança das sequelas da escravidão e pelas taras de um processo de colonização em que o controle do acesso às terras fora utilizado para explorar a massa da população, ao ponto de desumanizá-la, e a visão de que o país acumulou considerável atraso no quadro de uma civilização implacável com os retardatários foram fator decisivo na construção de meu projeto de vida. E a ilusão, que chegou a dominar meu espírito em certo momento, de que uma feliz conjuntura internacional – consequência da grande depressão dos anos 30 e do conflito mundial dos anos 40 – abrisse uma brecha pela qual quicá pudéssemos nos esgueirar para obter uma mudança qualitativa em nossa história, agora desvanecia. O Brasil continuaria prisioneiro de suas estruturas anacrônicas, crescendo em benefício de uma minoria privilegiada, acrescentando cada ano pelo menos um milhão de pessoas à sua imensa legião de desnutridos, desabrigados, desvalidos (FURTADO, 1991, p. 63, grifos nossos).

A teoria do subdesenvolvimento de Furtado foi sistematizada no ano de 1961, quando houve a publicação de seu primeiro livro mais voltado à teoria econômica, intitulado “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”². Neste livro, Furtado deixaria claro que o subdesenvolvimento era um problema específico e que era urgente um esforço de crítica e de reformulação do pensamento econômico. Em 1967, com a publicação de “Teoria Política do Desenvolvimento Econômico” reafirmaria muito do que escrevera em

² Este livro foi importante pela sua sistematização teórica, embora não se possa deixar de reconhecer que Furtado tratara ao menos uma parte da sua teoria do subdesenvolvimento em publicações anteriores, como Furtado (1959; 1952).



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgentfeld

1961 e adicionaria outras discussões feitas ao longo dos anos 1960³. E em 1980, com “Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar”, concluiria uma trilogia teórica sobre o subdesenvolvimento (SZMRECSÁNYI, 2001).

Levou anos, contudo, para Furtado afirmar que havia, de fato, criado uma teoria do subdesenvolvimento própria. No início dos anos 1990, Furtado ressaltaria que havia sido criada a teoria do subdesenvolvimento com o objetivo de estudar as “malformações sociais” engendradas no processo de difusão da civilização industrial, mas preferia não explicitar se esta teoria seria algo de sua autoria ou um esforço coletivo, que o incluiria. Apenas pontuava que

[...] foi como rejeição [de uma] visão simplificada da difusão da civilização industrial que se perfilou a teoria do subdesenvolvimento, cujo objetivo central de estudo são as malformações sociais engendradas nesse processo de difusão. A denúncia do falso neutralismo das técnicas permitiu que se restituísse visibilidade a essa dimensão oculta do desenvolvimento que é a criação de valores substantivos (FURTADO, 1994, p. 37).

Somente em 1998 Furtado admitiria explicitamente que a teoria do subdesenvolvimento seria algo criado por ele, porque se preocupava em achar resposta para o fato de que a elevação da renda da população brasileira e o avanço considerável da industrialização não se traduziram em redução da heterogeneidade social do país, ao contrário do que ocorrera nas economias desenvolvidas.

Como explicar a persistência de nosso subdesenvolvimento se somos uma das economias que mais cresceram no correr do último meio século? Observando a realidade de outro ângulo: por que o assinalado crescimento da riqueza nacional somente beneficia uma parcela reduzida da população? A reflexão sobre esse problema *levou-me a formular o que chamei de teoria do subdesenvolvimento*. A conformação social dos países que qualificamos de subdesenvolvidos resultaria da forma particular que neles assumiu a difusão do progresso tecnológico que moldou a civilização contemporânea (FURTADO, 1998, p. 58, grifos nossos).

³ Teoria Política do Desenvolvimento, lançado em 1967, teve 10 edições revistas pelo autor. A décima edição, dos anos 2000, mostra algumas adições em relação à primeira, especialmente na parte como entendia o subdesenvolvimento, reforçando a formação histórica do subdesenvolvimento e suas características estruturais. Já a primeira parte do livro tanto na edição de 1967 quanto na de 2000, permaneceu sua discussão sobre a teoria do desenvolvimento na ciência econômica de maneira muito similar ao que já constava em Furtado (1961).



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgenefeld

Independentemente da avaliação do próprio autor, adota-se aqui a interpretação de que houve uma teoria do subdesenvolvimento própria de Furtado elaborada desde 1961⁴, ainda que ao longo do tempo ela sofresse ajustes e modificações, uma vez que esta esteve em construção em toda a sua obra.

Parte-se também do entendimento de que sua teoria também é melhor entendida enquanto uma teoria do subdesenvolvimento brasileiro, dada as especificidades que Furtado verificou no caso brasileiro e o quanto se debruçou particularmente sobre ele⁵, ainda que parte de suas considerações acabem também servindo para outros países da América Latina. O Brasil era entendido por Furtado como um “caso especial”. Ou seja, era uma economia subdesenvolvida de grau superior (FURTADO, [1967] 1977). Neste tipo de economia havia a conjugação de controle da produção exportável por grupos nacionais, abundância de recursos naturais e um grande mercado interno em formação. Tratava-se de uma estrutura subdesenvolvida mais complexa, onde já existia um núcleo industrial ligado ao mercado interno. Isso significava que poderiam surgir “reações cumulativas, tendentes a provocar transformações estruturais no sistema [...]”. O fator

⁴ Não se desconsidera que nos anos 1950 ao menos em parte essa teoria já havia sido elaborada. Tanto porque os textos que compõem o livro de 1961 foram escritos na década de 1950 quanto pelo fato de que Furtado já havia publicado “Formação Econômica do Brasil” em 1959, livro no qual não explicitaria as raízes do seu desenvolvimento teórico, mas o colocava em prática na análise histórica e estrutural da formação do Brasil.

⁵ Sobre as generalizações teóricas, mesmo quando restritas a uma região como a América Latina, ele alertou que: “as disparidades que existem entre os países da América Latina não impedem generalizações frutíferas no plano da identificação de problemas e seu equacionamento. Contudo, tais disparidades são suficientemente grandes – bastaria comparar Argentina e México, Haiti e Uruguai – para que sejam ignoradas quando se aprofunda a análise e se abordam problemas de política econômica” (FURTADO, 1973, p. 3-4). Ele chegou a destacar ainda que: “Não me escapa que é muito arriscado falar ‘em geral’ sobre a América Latina. A história da Argentina, da formação de suas estruturas atuais, é bem diversa da do Brasil, da do México, da do Chile, etc. Mas existe um fundo comum que resulta principalmente de certas relações externas de dependência. Quando nos fixamos nesses pontos comuns, percebemos que os países latino-americanos são, acima de tudo, economias de industrialização retardada. A experiência histórica nos ensina que desenvolvimento é essencialmente industrialização: a técnica moderna tem na acumulação de capital seu instrumento privilegiado de penetração. As infra-estruturas fortemente capitalizadas estão a serviço dos sistemas industriais. Ora, na América Latina uma industrialização retardada deu origem a especificidades históricas. Nesse tipo de industrialização, o papel da acumulação se afasta do modelo clássico, assim como o do progresso tecnológico. A acumulação não estimula a difusão do poder e o progresso tecnológico acentua enormemente o poder patrimonial. Por isso, as possibilidades de transformação política gradual são limitadas. A verdade é que na América Latina vivemos dentro de um marco estrutural bem distinto do que prevaleceu nos países cêntricos, países que exercem sobre nós um fascínio que facilmente se transforma em dominação cultural. Porque não percebemos essa especificidade de nossa história, não conseguimos colocar-nos corretamente dentro do sistema global, o que nos incapacita para o pensamento político criador. Mais ainda: essa especificidade contribui para reforçar o poder patrimonial e para limitar o acesso de parte da população a setores da economia em que prevalece o modo de produção capitalista, portanto, onde penetra o progresso técnico” (FURTADO, 1991, p. 211).



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgentfeld

dinâmico básico continua a ser a procura externa; a diferença está em que a ação desta é multiplicada internamente” (FURTADO [1967] 1977, p. 194).

Em relação às suas obras sobre a temática do subdesenvolvimento brasileiro dos anos 1950 até 1963 destacaram-se: “A economia brasileira: contribuições à análise do seu desenvolvimento”, de 1954; “Uma economia dependente”, de 1956; “Perspectivas da economia brasileira”, de 1958; e “Formação Econômica do Brasil”, em 1959. Das suas publicações até 1963 sobre teoria do subdesenvolvimento devem ser destacados “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, de 1961, “A Pré-revolução brasileira”, de 1962, livro de extremado otimismo, publicado enquanto ainda participava do governo de João Goulart e julgava que o país caminhava para romper com sua dependência.

A partir de 1964, o tom mais crítico adotado pelo autor pode ser observado em obras como: “Dialética do desenvolvimento”⁶, de 1964, livro publicado às vésperas do golpe civil-militar e de seu exílio; “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina”, de 1966; “Teoria e política do desenvolvimento econômico”, de 1967; e “Um projeto para o Brasil”, de 1968. Nos anos 1970 publicou “Análise do modelo brasileiro”, de 1972; “A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina”, de 1973; “O Mito do desenvolvimento econômico”, de 1974; “Prefácio a nova economia política”, de 1976; e “Criatividade e dependência na civilização industrial”, de 1978.

Nos anos 1980, devem ser mencionadas as seguintes obras: “Pequena Introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar”, de 1980; e “A nova dependência: dívida externa e monetarismo”, de 1982. Já nos anos 1990: “Brasil: a construção interrompida”, de 1992; “O Capitalismo global”, de 1998; “O Longo amanhecer”, de 1999. Nos anos 2000, destaca-se o livro “Raízes do subdesenvolvimento”, de 2003, que continha algumas ideias já desenvolvidas no livro “A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina”, de 1973.

A seguir, serão discutidas duas transformações observadas em sua formulação sobre o subdesenvolvimento brasileiro entre antes e depois de 1964: as mudanças do seu pensamento em relação aos rumos da industrialização brasileira no sentido do

⁶Deve-se ressaltar que este livro foi publicado no início de 1964, quando ainda Furtado estava no Brasil e antes do golpe civil-militar, mas aqui é tratado como parte do segundo momento de seu pensamento, pois foi escrito quando ele já estava diante de alguns sinais do período difícil que se avizinhava no Brasil.



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgentfeld

desenvolvimento nacional e as transformações do papel do Estado Nacional diante de um capitalismo interpretado por ele como “pós-nacional”.

2. As mudanças em torno da interpretação da industrialização brasileira

Assim como fizera a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) em seus textos “clássicos”, Furtado, no início dos seus escritos, a partir dos anos 1950, fez uma espécie de defesa⁷ do desenvolvimento da industrialização periférica da América Latina pela via da substituição de importações. Pode-se dizer que estivera muito influenciado pela sua experiência na Comissão e pelas publicações, muitas delas escritas pelo próprio Furtado e por Prebisch⁸, que já no fim dos anos 1940 entendiam essa industrialização como um importante elemento para modificar os termos das trocas internacionais e romper com a dominação externa dada pela relação centro-periferia, podendo levar à superação do subdesenvolvimento latino-americano.

É possível entender isso quando ele discutia no fim dos anos 1950, por exemplo, a importância da renda criada no setor industrial e seus desdobramentos sobre salários e lucros e sobre a dinâmica agrícola especificamente em relação à economia brasileira. Furtado ([1958] 2012, p. 40) afirmara que “a renda média gerada pelo homem ocupado nas indústrias é cerca de duas vezes e meia maior que a renda média gerada pelo homem ativo no conjunto da economia”. Além disso, utilizava-se do efeito multiplicador do setor industrial em defesa da industrialização brasileira ao dizer que:

A existência de um setor industrial altera completamente os termos do problema. O impulso externo, criando maior procura de produtos manufaturados, intensifica a utilização da capacidade produtiva das indústrias existentes [...]. A renda global tende a crescer com a expansão da massa de salários pagos pelas indústrias e com os maiores lucros dos industriais. Ao contrário da expansão originada no setor externo [...], essa maior massa de salários significa expansão da procura de alimentos e novo estímulo à produção agrícola. Se já existe uma agricultura de base capitalista ligada ao mercado interno, a oferta de alimentos tenderá a crescer. Haverá novo impulso de crescimento originado pelas rendas

⁷ Defesa pode não ser a melhor palavra, mas o fato é que Furtado não via este tipo de industrialização como uma direção errada, ela estava dada pelas condições históricas, e, na opinião dele, não se tratava de pensar se havia outra alternativa a não ser essa. Furtado, contudo, não tinha uma visão acrítica dessa processo no Brasil, mesmo em sua fase mais “dourada”, quando da instalação do setor de bens de capital.

⁸ Ver: Prebisch ([1949] 2000).



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurginfeld

acrescidas dos agricultores, e assim por diante (FURTADO, [1958] 2012, p. 41).

A análise da industrialização brasileira perpassa várias obras antes de 1964 escritas por Furtado (1956; 1958; 1959). Ele partia da ideia de que a industrialização teria ganho seu primeiro grande impulso pelos efeitos da Crise de 1929 sobre a política econômica brasileira. Ainda que as políticas do Estado não tenham sido totalmente intencionais⁹ no sentido da industrialização brasileira, naquele momento as políticas de salvamento do café diante da crise internacional se tornaram fundamentais para o desenvolvimento de um mercado interno para a indústria nascente, ainda que ele tivesse muitas críticas a essas políticas¹⁰.

Antes de 1964, pode-se afirmar que Furtado foi um defensor da substituição de importações, ainda que em alguns textos dessa época já ressaltasse que o Brasil não realizava essa política de forma correta: “Os investimentos não se distribuíram com critério de complementariedade. Pior ainda: concentraram-se na razão inversa da essencialidade da indústria” (FURTADO [1961] 2009, p. 211). Isto é, em alguns setores ocorria excesso de capacidade instalada no país, enquanto em outros havia deficiência.

⁹ Sobre a questão da intencionalidade da industrialização ou não no Brasil, destaca-se que Prebisch chegou a explicar a importância de defesa de uma industrialização nos países dependentes latino-americanos e o quanto foi necessário isso ser uma política deliberada. Segundo ele, a Cepal mostrou que o capitalismo ao expandir-se não trazia o desenvolvimento também da periferia. “A Cepal tratou de demonstrá-lo, de provar que não houve tal tendência espontânea à industrialização latino-americana. Esta última foi, pelo contrário, um ato deliberado nosso, uma resposta às crises dos centros (duas grandes guerras mundiais e, entre elas, a grande depressão)” (PREBISCH, 1981, p. 8).

¹⁰ Furtado foi apenas em parte elogioso a essas políticas, porque escreveu que o mecanismo utilizado para defesa do café era complicado, embora tenha funcionado com relativa eficácia. Ele resumiu a política do convênio de Taubaté em quatro aspectos: “a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações” (FURTADO [1959] 1977, p. 179). Porém, entre os problemas estiveram o fato de essa política não vir acompanhada de outra, de desestímulo de plantio de café. Além disso, Furtado ([1959] 1977) destacara que a política de acumulação de estoques de café era inflacionária porque aumentava a renda dos grupos que tinham sua receita de exportação, e causava aumento dos desequilíbrios no balanço de pagamentos: “[...] as maiores inversões em estoques foram realizadas em 1927-1929, época que se caracterizou igualmente por fortes entradas de capital privado estrangeiro no país. A coincidência da afluência de capitais privados e da chegada dos empréstimos destinados a financiar o café deu lugar a uma situação cambial extremamente favorável, e induziu o governo brasileiro a embarcar numa política de conversibilidade. Deflagrada a crise no último trimestre de 1929, não foram necessários mais que alguns meses para que todas as reservas metálicas acumuladas à custa de empréstimos externos fossem tragadas pelo capital em fuga do país” (FURTADO [1959] 1977, p. 184-185). Houve desvalorização da moeda e o fim das reservas de ouro.



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurginfeld

Mesmo que preservasse algum tom crítico ao processo no início dos anos 1960, ele parecia acreditar que o país estava ao menos garantindo um grau crescente de autonomia nos seus processos decisórios com o avanço da industrialização, reduzindo sua dependência externa. No livro “A pré-revolução brasileira”, de 1962, ele destacaria como um efeito positivo dessa industrialização o fato de que o Brasil teria internalizado centros de decisão. E esse processo era visto por ele – senão como um projeto nacional propriamente naquele pré-1964 –, ao menos como não subordinado aos interesses internacionais.

A economia de nosso país alcançou um grau de diferenciação – o que é distinto do nível convencional de desenvolvimento medido pela renda per capita – que permitiu transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica. Em outras palavras: o desenvolvimento recente da economia brasileira não se fez apenas no sentido de elevação da renda real média do habitante do país, mas também assumiu a forma de uma diferenciação progressiva do sistema econômico, o qual conquistou crescente individualização e autonomia [...]. Como decorrência dessa modificação estrutural, aumentou grandemente a eficácia de nossas decisões no plano de política econômica. Se no passado não podíamos mais que perscrutar as tendências da economia internacional, como quem perscruta o tempo para defender-se de um vendaval, hoje estamos em condições de tomar as decisões mais fundamentais concernentes à atividade econômica do país [...] o mais importante não é que podemos autodirigir-nos, e sim que não nos resta outra saída senão fazê-lo (FURTADO, 1962, p. 9-10).

Furtado (1962) mostrava-se particularmente entusiasmado com o controle do Estado Nacional sobre os setores petrolífero e siderúrgico e com as políticas que haviam sido feitas por Getúlio Vargas, depois por Juscelino Kubitschek e com as que estavam sendo implementadas por João Goulart¹¹:

O desenvolvimento industrial firmado no mercado interno tornou possível um grau crescente de autonomia no plano das decisões que comandam a vida econômica nacional. Essa autonomia poderia haver sido cortada, caso os setores básicos da atividade econômica houvessem sido subordinados, desde o início, aos grupos correntes que dominam o mercado internacional. Entretanto, acertadas e oportunas decisões

¹¹ Deve-se ressaltar que Furtado não era apenas um defensor das políticas econômicas dos dois governos Vargas, JK e Jango, como também participou de dois desses governos. Em JK, auxiliou na elaboração do Plano de Metas, por meio das análises feitas sob seu comando em 1953 na Comissão Mista Cepal-BNDE, além de ter sido responsável pela condução do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), diretor do BNDE e o primeiro superintendente da Sudene, criada em 1959. Já no governo Jango, foi ministro do Planejamento, responsável pelo Plano Trienal.



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurginfeld

dotaram o país de autonomia em setores que, por sua posição estratégica, condicionam o processo do desenvolvimento econômico nacional, tais como a siderurgia e a indústria petrolífera. A conjugação destes dois fatores – deslocamento do setor dinâmico das exportações de produtos primários para os investimentos industriais, e a autonomia de alguns setores básicos da produção industrial – criou condições para que os centros de decisões de maior transcendência no plano econômico fossem conquistados e postos a serviço de uma política de desenvolvimento nacional (FURTADO, 1962, p. 111-112).

Em um momento de excesso de otimismo, o aumento da autonomia no início dos anos 1960 o levou a afirmar que: “A nossa economia já não é comandada de fora para dentro, obrigando-nos a seguir, perplexos e impotentes, os ziguezagues de um destino de povo dependente” (FURTADO, 1962, p. 115)¹².

O tom positivo que Furtado adotara sobre o processo de industrialização brasileiro, contudo, receberia críticas mais contundentes, até pela saturação dos efeitos positivos da substituição de importações, nas suas publicações pós-1964. Nessas, ele revisaria algumas constatações. Ele concluiria, por exemplo, que a diferenciação estrutural obtida pela industrialização substitutiva de importações era “causa necessária mas não suficiente para alcançar um desenvolvimento estável” (FURTADO [1967] 1977, p. 244-245).

Nas suas publicações pós-1964, uma grande importância também passaria a ser dada ao papel das empresas transnacionais na industrialização periférica. Furtado ([1967] 1977) mencionava o termo “nova economia internacional”, pelo qual analisava as novas transformações no capitalismo mundial, e notava que os mercados mundialmente eram substituídos por transações internas às grandes empresas. Assim, a margem de manobra das políticas econômicas das economias periféricas em direção ao desenvolvimento nacional ficara ainda mais estreita. Em sua análise, a partir deste período, o desenvolvimento tenderia “a acarretar aumento dos vínculos internacionais, no sentido de que na grande maioria dos casos ele está ligado à expansão das atividades de uma empresa que tem seu centro de decisões fora do subsistema em questão” (FURTADO, [1967] 1977, p. 253).

¹² Furtado (1962) discutia a mudança da máquina administrativa estatal, a fim de subordinar a ação estatal aos objetivos do desenvolvimento econômico e social. Além disso, defendia um estatuto legal que disciplinasse a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política.



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurginfeld

O desenvolvimento, assim, iria na direção de estreitar as relações de dependência e não no sentido de um desenvolvimento nacional. Ou seja, os fins seriam determinados pela necessidade de lucro da grande empresa e não por aquilo que a maioria da população almejasse enquanto importante para a sociedade como um todo. E os meios para isso, ou seja, as técnicas usadas, acabariam por ter também esse direcionamento equivocado¹³.

O desenvolvimento dos subsistemas dependentes assume em geral a forma de aumento da participação na economia internacional das atividades das grandes empresas que controlam a difusão das novas técnicas. Podendo manipular o fluxo de novas técnicas (em particular de novos produtos), essas empresas estão em condições de poder participar, de forma crescente, das atividades econômicas dos subsistemas *periféricos*. Em realidade, na economia subdesenvolvida em fase avançada de industrialização, a grande empresa internacional desempenha o papel de elemento dinamizador, pois ela constitui a correia de transmissão de novos produtos sem os quais não se diversificaria o consumo dos grupos dominantes. Na medida em que consiste em dar acesso a uma certa constelação de produtos e processos concebidos no exterior, o desenvolvimento dependente implica a criação de vínculos com as grandes empresas que engendram a necessidade desses produtos e mantêm o controle das técnicas requeridas para produzi-los (FURTADO, [1967] 1977, p. 253-254, grifos do autor).

Conforme destacado no trecho acima, a importância das grandes empresas derivaria do seu poder de condicionar o comportamento dos consumidores, e também, mais importante do que isso, do seu poder de passar a ser o grande agente dinamizador dessas economias, determinando os rumos dos países periféricos. Em última instância: “na medida que uma grande empresa está em condições de controlar determinado setor da atividade econômica, mesmo que o faça articulada com outras, também está ela em condições de interferir no processo de distribuição da renda social” (FURTADO, 1968, p. 75).

De acordo com Furtado (1968), as empresas transnacionais deveriam ser entendidas enquanto elementos de um sistema de poder internacional, com impactos

¹³ A ideia de meios e fins em Furtado remete à influência de Max Weber em sua obra. Conforme Campos (2014): A influência weberiana faz com que Furtado defina o conceito de desenvolvimento a partir de fins que dizem respeito a valores modernos inscritos numa “racionalidade substantiva”, podendo esta ser garantida por determinados meios materiais, científicos e culturais, prenes de uma “racionalidade instrumental”. A problemática do desenvolvimento então seria subordinar a acumulação capitalista e a incorporação do progresso técnico aos desígnios civilizacionais da maior parte da sociedade. Para uma maior apreensão do significado de meios e fins recomenda-se Furtado (1980) e Sampaio Jr. (1999).



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgentfeld

sobre o desenvolvimento nacional. “Se umas poucas dezenas de grupos estrangeiros controlam, através de suas filiais, grande parte do setor moderno da economia deste país, que grau de autonomia corresponderá aos centros nacionais de decisão?” (FURTADO, 1968, p. 77-78). As grandes empresas estrangeiras instaladas em um país periférico como o Brasil corroboravam, portanto, no seu ponto de vista, para reproduzir o subdesenvolvimento e limitar sua autonomia, diferenciando-se assim já no fim dos anos 1960 do seu pensamento especialmente expresso em “A pré-revolução brasileira”, de 1962, de que o país se emancipava nas suas decisões, em prol de um desenvolvimento nacional.

Em outras críticas mais específicas à fase da industrialização brasileira conduzida pelo governo militar (pós-1964), Furtado ([1972] 1973) ressaltaria como o processo foi concentrador de renda e perpetuador do subdesenvolvimento, ainda que tenha ocorrido momentos de crescimento econômico (o que, na sua obra, não se confundiria com desenvolvimento nacional).

Ele dizia que foram estabelecidas medidas após 1964 para controle da inflação; e eram tentadas “reformas estruturais” para eliminação de “pontos de estrangulamento”, no sentido de retomada da industrialização, mas todas elas serviriam, na verdade, à concentração de renda e à manutenção do subdesenvolvimento brasileiro.

Vários instrumentos foram usados – cambial, fiscal, creditício e salarial. No caso salarial, houve um efeito de concentração de renda por meio de arrocho salarial. E conforme isso conduzia à pauperização da população e afetava alguns segmentos da atividade econômica, começou se pensar em uma forma de “dinamizar” essa concentração de renda. Como ele explica:

Na segunda metade dos anos 60, o caminho utilizado consistiu principalmente em dinamizar a demanda da classe média alta, isto é, em fazer com que a capacidade de compra desse grupo crescesse em termos absolutos e relativos, o que foi obtido mediante formas de financiamento, que implicavam subsídios ao consumo, e transferências, para essa classe, de títulos de propriedade e de crédito que lhe asseguravam situação patrimonial mais sólida e a perspectiva de maior renda futura (FURTADO, 1973, p. 41).

Outras medidas foram a ideia de transformar a poupança da classe média em títulos financeiros que lhe rendessem uma renda real. A neutralização da inflação foi feita



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurginfeld

então pela indexação desses títulos, por meio de correção monetária. Várias facilidades foram criadas para as empresas abrirem o capital e ter acesso a essa poupança. O benefício às empresas era ofertar ações que não lhe tiravam o controle e reavaliar seus ativos por meio da cotação em bolsa¹⁴. Essas medidas não tinham a direção do desenvolvimento nacional e foram igualmente mecanismos de concentração de riqueza.

Ao aprofundar suas críticas ao capitalismo do pós-guerra sob hegemonia das empresas transnacionais, Furtado começou a se questionar sobre a articulação entre o tipo de industrialização que era feito no Brasil e os interesses coletivos que supostamente deveriam ser, na sua teorização, defendidos pelo Estado Nacional. Estudou então sobre a forma como se dava a industrialização em condição de subdesenvolvimento em um quadro estrutural mais amplo. Dizia que buscava uma resposta para a tese que prevalecia no imediato pós-Segunda Guerra Mundial de que a industrialização acabaria com o subdesenvolvimento, que agora estava certamente desacreditada.

Furtado (1973) entenderia melhor o poder dessas grandes corporações associado à expansão dos Estados Unidos e à necessidade de sua “segurança” enquanto país guardião do capitalismo. Isso significava preservar o *American Way of Life* no seu território e a defesa de seus interesses fora dele. A América Latina, o círculo mais interno da zona de influência dos Estados Unidos, requereria, assim, uma ação tutelar dos norte-americanos forte. Ele entendeu que se estabeleceu na região a doutrina de que caberia às empresas privadas norte-americanas um papel básico no desenvolvimento latino-americano, devendo a “ajuda” dos EUA para esta região se dar através dessas empresas.

Convocadas para atuar na América Latina com uma série de privilégios, fora do controle da legislação antitruste dos Estados Unidos, e com a cobertura político-militar desse país, as grandes empresas norte-americanas tendem necessariamente a se transformar em um superpoder. Cabendo-lhe grande parte das decisões básicas com respeito à orientação dos investimentos, à localização das atividades econômicas, à orientação da tecnologia, ao financiamento da pesquisa e ao grau de integração das economias regionais, é perfeitamente claro que os centros de decisão representados pelo Estado nacional são

¹⁴ “A abertura de capital e a cotação de ações em bolsa criou para certas empresas uma situação privilegiada; as reavaliações de ativo com isenção fiscal abriram perspectivas de ganhos fáceis aos primeiros tomadores de ações, originando-se uma corrida para a subscrição de todas as novas emissões. O ambiente especulativo e as altas cotações, sem qualquer relação com perspectivas de dividendo a serem efetivamente distribuídos, atraíram uma massa considerável de recursos para a bolsa, o que por seu lado induziu novas empresas a voltar-se para esta como instrumento de captação de recursos” (FURTADO, 1973, p. 45).



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgensfeld

relegados a um plano cada vez mais secundário (FURTADO, 1973, p. 40).

Segundo analogia de Furtado (1966; 1973), a grande empresa norte-americana seria uma grande árvore exótica, que drenaria toda a água do terreno e provocaria vários desequilíbrios, como pragas. Essas empresas atuaram no Brasil com uma série de privilégios fora do controle da legislação antitruste dos Estados Unidos e com a cobertura político-militar desse país transformaram-se em um superpoder no Brasil.

Foi assim que teria sido, em grande medida, minado o processo de industrialização brasileiro em prol, de fato, do desenvolvimento nacional, como defendia Furtado. Em vez de ocorrer desenvolvimento das forças produtivas no país nesta direção, o que houve, na verdade, foi uma modernização. A modernização correspondeu a uma adoção de padrões de consumo sofisticados por uma minoria da população com um processo de acumulação de capital voltado a bens de consumo, tal qual os produzidos no centro, e sem o apropriado progresso nos métodos produtivos. Assim, a industrialização nesta fase conduzida pelas empresas multinacionais não atendia os verdadeiros anseios da maioria da população, mas sim beneficiava uma minoria (a elite aculturada) no consumo de produtos sofisticados¹⁵.

Em outras palavras, a modernização significou que alguns grupos se apropriavam do excedente social para reproduzir formas de consumo, em permanente mutação, dos países cêntricos. A pressão desses grupos deu origem à rápida diversificação do consumo e determinou a orientação da tecnologia adotada na indústria periférica, por meio da instalação das empresas transnacionais. Assim, a industrialização dependente tendeu a tomar a forma de manufatura local daqueles bens de consumo que eram anteriormente

¹⁵ Furtado ([1972] 1973) havia resumido esta ideia por meio do anel de *feedback*, de modo a comparar as diferenças entre os efeitos da industrialização nas economias desenvolvidas e nas subdesenvolvidas. Segundo ele, o anel (expansão da produção → expansão dos custos → expansão da massa salarial → expansão da renda disponível para consumo → expansão da demanda de bens finais → expansão da produção) seria uma característica dos desenvolvidos. Nos subdesenvolvidos, o fluxo de salários era insuficiente para que se formasse este anel. Furtado (2003) retomaria este assunto de forma similar: “Num esforço de simplificação, poderíamos definir o processo de desenvolvimento autônomo como aquele em que a ordenação dos fatores primários de impulso seria a seguinte: progresso tecnológico → acumulação de capital → modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda. No extremo oposto, teríamos o processo de desenvolvimento essencialmente dependente, no qual a sequência é inversa: modificações na composição da demanda → acumulação de capital → progresso tecnológico. Entre essas duas situações se ordenam as distintas situações concretas com que nos defrontamos no mundo contemporâneo: de um lado, os polos dominantes da economia mundial, do outro, as economias especializadas na exportação de uns poucos produtos primários” (FURTADO, 2003, p. 106-107).



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgensfeld

importados, a partir dos modelos de substituição de importações. Neste sentido, a composição de uma cesta de consumo determinou os métodos produtivos, a intensidade relativa do capital e do trabalho usados no sistema de produção brasileiro.

Esta modernização teve uma ligação importante com o “mimetismo cultural”, representado pelo desejo da burguesia no Brasil consumir produtos de acordo com os padrões propagados pelos países do centro. Esta forma de operar da sociedade subdesenvolvida permitiria a reprodução da pobreza, do subemprego e da exclusão social, econômica e política.

O “mimetismo cultural” ajudaria a entender o quadro da industrialização dependente brasileira, no sentido de esta representar uma inversão do que comumente ocorria nos países centrais, quando estes iniciaram seu processo de industrialização. Na industrialização dependente do Brasil, o fator determinante da tecnologia utilizada foi o grau de diversificação da demanda gerada por um restrito grupo de pessoas dessa sociedade que teve acesso indireto à civilização industrial. Isto é, aquilo que era produzido no país de fato se iniciava pelas determinações de padrões de consumo do centro, aos quais uma restrita camada da população passara a demandar. O processo de industrialização, neste caso, se tornaria um esforço de adaptação a uma demanda sofisticada de uma minoria, se desvinculando da estrutura social e produtiva pré-existente no país. Isso resultaria em um sistema produtivo industrial com fraca capacidade de geração direta de emprego, que permaneceria estruturalmente ligado às economias mais avançadas de maneira subordinada aos padrões de consumo vindos de fora e cujos vínculos de dependência tendiam a se reproduzir.

A industrialização do Brasil, apesar do seus avanços, não teve como foco atender o conjunto da sociedade e suas verdadeiras necessidades. O Brasil foi basicamente inserido na dinâmica do capitalismo mundial como um “novo” mercado das empresas transnacionais, que facilitava seu intenso fluxo de produtos, abrigava e reproduzia as relações sociais ditadas por elas.

Furtado (1974; 1978) adicionaria que entre os problemas da industrialização dependente como a brasileira estaria o fato de ela ter ocorrido de maneira associada a uma aliança entre elites locais com forâneas, que se uniram por meio de uma “pilhagem” dos recursos naturais. Isso fez com que o excedente social se destinasse em boa parte ao



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurginfeld

exterior (via transferência de lucros para suas matrizes), ocorrendo uma difusão da industrialização de forma lenta ou totalmente frustrada.

Na sua autobiografia, Furtado (1991, p. 212) concluiria que: “a industrialização [brasileira], quando teve êxito indubitável, traduziu-se em benefício de minorias restritas e operou no sentido de consolidar rígidas estruturas políticas”.

Em 1992, ficariam ainda mais presentes suas críticas ao processo de substituição de importações, mas não caberia, em sua opinião, especular se havia alternativa ao modelo de substituição de importações, dado que este foi um processo histórico: “A ninguém escapa que, em se tratando de um país relativamente grande como o Brasil, imerso em crise prolongada de seu setor exportador e com uma sociedade previamente moldada pelo processo de modernização, a linha de maior facilidade estava na industrialização substitutiva” (FURTADO, 1992, p. 43). O problema é que o estilo de crescimento estabelecido por ela impôs certo padrão de industrialização e escapar disso somente poderia ocorrer se houvesse uma correção da distância entre a penetração da moderna tecnologia no estilo de vida e nos processos produtivos. Em outras palavras, mudanças políticas e sociais:

Mais precisamente, congelar importantes segmentos da demanda de bens finais de consumo e intensificar consideravelmente a acumulação no sistema produtivo. Vale dizer, pôr em andamento um processo político que, pela magnitude dos interesses que contraria, somente se produz no quadro de uma convulsão social. Reserva, como linha de facilidade, continuar apoiando-se na modernização, por conseguinte, reproduzindo o subdesenvolvimento (FURTADO, 1992, p. 43, grifos nossos).

Para Furtado, o caso de uma modernização supostamente beneficiadora do conjunto da população, como defendido pelos arautos do governo militar, não passava de “hipótese de escola”, porque “somente o segmento de população que [controlava] o setor de produção afetado pelos aumentos de produtividade [...] [desfrutava] os benefícios da modernização” (FURTADO, 1992, p. 44).

Em uma certa autoanálise de sua trajetória, Furtado (1998) ressaltou que lá atrás mostrara-se crente na classe industrial nascente¹⁶ inicialmente como forma de combate ao

¹⁶ A frustração com a classe industrial ficaria evidente em Furtado (1968, p. 131), quando analisaria os desdobramentos da penetração da grande empresa estrangeira no país e diria que por conta disso se interrompeu a “formação de uma classe de empresários com nítido sentido nacional”.



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgentfeld

agrарismo. Nos anos 1950, ele dava por certo que o desenvolvimento e a sua mola principal, que seria a industrialização, eram condição necessária para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira, elencados por ele em três: pobreza; concentração de renda e desigualdades regionais. Mas, mais tarde, compreendeu que não eram condição suficiente. Isso explicaria, posteriormente, sua frustração com a industrialização brasileira. “Daí que a consciência de êxito que tive na fase inicial de avanço da industrialização haja sido substituída por sentimento de frustração” (FURTADO, 1998, p. 20).

3. Do Estado Nacional ao pós-nacional

O desenvolvimento econômico foi desde os primeiros escritos de Furtado entendido como uma mudança subordinada a um objetivo nacional, isto é, comandada pelo Estado Nacional. O Estado Nacional, interpretado pelos estudos originários da Cepal como central para coordenar o desenvolvimento de regiões de industrialização atrasada como a América Latina, especialmente por meio do planejamento, teve o mesmo sentido na interpretação furtadiana inicialmente.

Entre os anos 1950 e início dos anos 1960 o Estado Nacional aparecia nas obras de Furtado como articulador da economia brasileira, pelo seu impulso à industrialização, pelo protecionismo e pelo planejamento estatal. Neste período, mais claramente a atuação política de Furtado misturava-se à sua interpretação, já que nos anos 1950 chegou a fazer parte da Comissão Mista Cepal-BNDE - chamado por Roberto Campos para ajudar a criar um banco de fomento no Brasil (o então BNDE), como parte importante de uma política de industrialização. A criação do BNDE foi enaltecida por Furtado naquele momento porque o grande problema da industrialização “era de caráter financeiro, já que não havia possibilidades de financiar projetos a longo prazo. No Brasil não havia um sistema bancário adequado para isso” (FURTADO [1958] 2012, p. 14-15)¹⁷.

Nos anos 1950 e início de 1960, Furtado considerava possível atuar por meio do planejamento sobre as tendências inerentes de uma economia dependente como a brasileira para modificar seus desequilíbrios internos e externos, resultantes da forma

¹⁷ Kalecki (1955) foi um dos autores que apontaram pioneiramente para o problema do financiamento dos países subdesenvolvidos.



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurginfeld

como ocorria o seu crescimento econômico. Furtado ([1958] 2012) relatava, inclusive, ter tentado aplicar no Brasil técnicas de planejamento francesas e holandesas, que anteriormente havia estudado¹⁸. Ele entendia que o planejamento pressupunha

[...] um conhecimento pormenorizado do sistema econômico, a identificação clara das tendências que se fazem sentir no momento presente, a decisão de atuar oportuna e eficazmente sobre essas tendências, a definição e objetivos claros a alcançar nos setores estratégicos da produção a mobilização de meios adequados de defesa contra desequilíbrios internos e externos demasiadamente acentuados e capacidade política e administrativa para alcançar ao mesmo tempo todos esses objetivos (FURTADO [1958] 2012, p. 22, grifos nossos).

Conforme este trecho, mesmo com a crença no planejamento, este não era meramente um conjunto de técnicas, mas dependente de decisões políticas.

As ideias iniciais de Furtado ([1958] 2012) sobre o Estado Nacional era que ele deveria interferir em três áreas principais: formação da poupança, canalização dos recursos financeiros e na orientação dos investimentos. Em boa medida, isso poderia ser feito por instrumentos fiscais e monetários. Nos termos monetários, ele se referia ao crédito, que seria um elemento que deveria estar subordinado à política de orientação dos recursos financeiros por parte do governo na direção de criação de capacidade produtiva. Já a política fiscal envolveria elevar a taxa de poupança, distribuir o esforço financeiro adequadamente, orientando-o e complementando a iniciativa de empresários quando esta fosse insuficiente. Para isso, era preciso aparelhar o Estado Nacional com técnicos bem remunerados e por meio de uma carga fiscal adequada, de modo a serem coordenados os impostos sobre a renda, o consumo e a produção. O governo deveria orientar assim o modo como a população gastaria sua renda.

Furtado (1962), porém, fazia críticas sobre uma não transformação de maior envergadura no país no em razão da falta de uma política de Estado com caráter social.

Sabemos que o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três-quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda [...]. Na ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o seu caráter social, improvisou-se, em nome do desenvolvimento, uma

¹⁸ Furtado ([1958] 2012) indicava também seu interesse pelo planejamento dos países socialistas, embora não tivesse encontrado literatura sobre o assunto.



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgentfeld

estrutura de subsídios que muitas vezes premiou de preferência os investimentos supérfluos, ou aqueles que vinham permitir, dada a sua tendência monopolística, uma concentração ainda maior da riqueza em mãos de grupos privilegiados. Através de simples doações de capital, os subsídios cambiais e creditícios transferiram para umas poucas mãos grandes riquezas sociais (FURTADO, 1962, p. 14-15).

O Estado Nacional, que, segundo Furtado (1962), por um lado, seria “causa e efeito” do “desenvolvimento”, entre outros aspectos, pela ampliação e diversificação do mercado interno, por outro lado, era responsável por não fazer as necessárias Reformas de Base e isso aumentar o desperdício de recursos públicos.

Em uma outra crítica ao papel do Estado brasileiro ainda no início dos anos 1960, ele disse que era necessário disciplinar o investimento público para que o Estado Nacional tivesse critérios objetivos dos seus próprios investimentos. Para isso, seria necessária “uma autêntica doutrina do desenvolvimento nacional” (FURTADO, 1962, p. 90).

Nas publicações a partir de 1964, contudo, houve algumas mudanças mais no sentido sobre como ele interpretava as forças que dominavam o Estado e o espaço do Estado, de fato, Nacional como uma contraposição aos interesses do capital. Furtado (1964) apontaria as dificuldades de conciliar o desenvolvimento nacional e o capitalismo dominado pelas empresas transnacionais no Brasil.

Ao esgotar-se o processo de substituição de importações e avolumar-se a barreira externa, tomou-se consciência da precariedade da posição em que se encontra o país para usar racionalmente, em função dos interesses do seu desenvolvimento, a sua limitada capacidade para importar. Criou-se, assim, uma contradição entre os interesses mais amplos do desenvolvimento nacional e os interesses particulares de milhares de empresas controladas por grupos estrangeiros que operam com custos em divisas de tipo mais ou menos irremovível (FURTADO, 1964, p. 132-133, grifos nossos).

Deve-se ressaltar que essa interpretação sobre as empresas transnacionais apareceu na obra de Furtado somente a partir de 1964¹⁹, notadamente no livro “Dialética do Desenvolvimento”. Neste período, não havia mais dúvidas para ele sobre a transformação do capitalismo mundial sob hegemonia norte-americana. Furtado entenderia que os Estados Nacionais se tornariam secundários na determinação da política

¹⁹ Em grande medida, Furtado recebeu influências da obra de Hymer ([1960] 1978), cuja tese originalmente foi publicada em 1960, ainda que só traduzida para o português nos anos 1970.



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgentfeld

de desenvolvimento de um país, porque não estariam mais perseguindo “os ideais de uma coletividade” (FURTADO, 1973, p. 42).

Ao destacar que as principais mudanças estruturais do capitalismo do pós-guerra foram a perda de eficácia das formas tradicionais de luta das classes assalariadas e o declínio do Estado como centro impulsionador e regulador da economia (FURTADO, 1978), novamente, notava a importância do que ele denominou “capitalismo pós-nacional”. Como este se caracterizava por uma impossibilidade de coordenação por parte do Estado Nacional tanto em relação aos meios (racionalidade instrumental) quanto aos fins (racionalidade substantiva), havia redução da eficácia dos sistemas de decisão representados pelos Estados Nacionais (FURTADO, 1980).

Furtado chamava atenção para o fato de que o Estado Nacional ganhava a conotação nas sociedades em geral como algo anacrônico, porque diminuía o grau de arbítrio do poder político nacional no campo econômico, uma vez que haveria uma dimensão transnacional do capitalismo que ditaria as regras. “A perda do controle dos fluxos de liquidez internacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram origem a uma situação nova em que a própria ideia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo” (FURTADO, 1992, p. 29).

O pós-nacional seria marcado pelo aumento dos processos de integração das economias centrais e periféricas e pela criação de uma superestrutura política internacional – como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial –, que daria condições para que as transnacionais desfrutassem de maior autonomia no sistema mundial sob tutela do governo dos Estados Unidos, que dominaria essas instituições.

O crescimento da importância do setor bancário internacional foi também um elemento adicional na sua análise nos anos 1990 da perda de poder do Estado Nacional no sentido de reduzir o seu alcance. Referia-se principalmente à relação desse poder do setor bancário internacional com o alto endividamento externo da periferia²⁰ principalmente nos anos 1970, que engessava as políticas do Estado Nacional em prol do desenvolvimento nacional.

²⁰ Sobre o problema desse endividamento, ver Furtado ([1982] 1983).



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgensfeld

Vivemos atualmente uma dessas fases da história em que o grau de incerteza com respeito ao futuro passa a cota de tolerância, pondo em risco a coesão social e tornando particularmente difícil a tarefa de governar. Em primeiro lugar, sofreremos as consequências de um desajuste estrutural global, decorrente da rápida integração dos mercados nacionais, ocorrida no período de intenso crescimento compreendido entre o fim do segundo conflito mundial e a primeira metade dos anos 70. Em segundo lugar, enfrentamos uma crise financeira internacional, mais precisamente uma crise do sistema bancário internacional, que se expandiu de forma inusitada e fora de qualquer disciplina e controle a partir de fins dos anos 60. Por último, e nos dizendo respeito mais diretamente, está o descomunal processo de endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, o qual veio aprofundar a situação de dependência que os aflige (FURTADO, 1992, p. 14).

Furtado ressaltaria esse ponto de vista ao apontar a grande distância do Brasil em relação à formação de um sistema econômico nacional, afirmando, em certo tom de desesperança, que isso não mais se inscrevia “naturalmente em [seu] destino” (FURTADO, 1992, p. 13).

Entretanto, por trás deste tipo de afirmação pessimista estava a ideia de que a política poderia, em última instância, modificar os rumos do Estado Nacional, por mais difíceis que estes se apresentassem. Ou seja, Furtado entendia os limites, mas ainda mantinha alguma esperança de que a política poderia modificar tal trajetória.

Em 1998, esse pessimismo e, ao mesmo tempo, a defesa de alguma possibilidade de ação, seria destacado por ele, ao afirmar que as transformações mundiais não significavam que não havia mais espaço para “o exercício de uma política nacional” (FURTADO, 1998, p. 22). Apenas ressaltava que o papel do Estado Nacional tenderia a ser “mais sofisticado” em um país em construção como o Brasil, em um mundo em constante mutação.

Considerações Finais

Este artigo baseou-se em elementos considerados centrais na teoria do subdesenvolvimento de Furtado, a fim de discutir dois momentos distintos de sua construção, caracterizados pelo pré-1964 e pelo pós-1964. O debate sobre esses dois períodos ajuda no entendimento de sua teoria do subdesenvolvimento, que, apesar das mudanças, também possui um “elo” que liga esses dois momentos. Obviamente, uma



A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgenfeld

análise sob o ponto de vista da industrialização brasileira e do papel do Estado Nacional não resumem sua teoria. Tratou-se neste artigo de apenas uma parte do todo.

Foram ressaltadas as transformações em relação ao seu pensamento sobre os rumos da industrialização brasileira ao longo do tempo, para explicitar em que medida ele entendia que ela se distanciava do projeto de desenvolvimento nacional.

Antes de 1964, Furtado acreditava que, apesar de alguns problemas no processo de industrialização no Brasil, ainda havia em algumas políticas (especialmente as de Vargas, JK e Jango) a ideia de que esta deveria se dar no sentido civilizatório, de satisfazer as necessidades elementares da maioria da população. Porém, após o golpe civil-militar em 1964, Furtado apresentava-se muito mais pessimista, especialmente porque passou a melhor compreender o papel das empresas transnacionais no capitalismo mundial e sua participação em economias periféricas como o Brasil.

Furtado notou que o caminho trilhado pela industrialização no Brasil, especialmente a partir de então, não era em prol do desenvolvimento nacional, mas sim que o país perfazia a trajetória de uma industrialização concentradora de renda, por meio das determinações dadas pelas ações das filiais de empresas transnacionais, que, em associação com os anseios de elites internas aculturadas, reproduziam, na verdade, o subdesenvolvimento brasileiro. Dado o poder cada vez maior das empresas transnacionais no globo, tornava-se uma tarefa difícil modificar os rumos dessa industrialização, basicamente voltada à produção de bens de consumo nos padrões miméticos aos do centro do sistema capitalista.

Em relação ao papel do Estado, a obra de Furtado referia-se ao desenvolvimento como algo que se fazia no marco nacional, portanto, sendo dependente de um Estado Nacional. Até 1964, havia algumas críticas sobre o papel do Estado Nacional brasileiro, mas ele também considerava haver avanços, como os projetos em torno do setor petrolífero e siderúrgico, e em torno de algum planejamento, como a criação do BNDE. Porém, no pós-1964, trouxe uma análise mais crítica do capitalismo dominado pelas empresas transnacionais, o que limitava o espaço de ação do Estado Nacional. Num capitalismo pós-nacional, o poder dessas empresas era representado pelo fato de seus recursos serem muitas vezes maior do que os dos bancos centrais de alguns países.



**A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE
CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurginfeld**

As transformações na sua interpretação aqui discutidas não significaram falta de coerência do autor ao longo de toda sua obra. Certamente, muitas vezes, Furtado modificaria o seu entendimento de um determinado aspecto do problema do subdesenvolvimento, sem deixar de relacioná-lo ao que pensava anteriormente e mantendo-se firme em boa parte das suas “soluções” para o subdesenvolvimento brasileiro. Deste modo, ser crítico do processo de industrialização não significaria que esta não seria mais necessário ou deixasse de ter sua importância. Da mesma maneira, entender as modificações do Estado Nacional na direção do pós-nacional não significaria deixar de defender o Estado Nacional como algo a ser buscado por uma sociedade, por mais difícil que isso se tenha se tornado.



**A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE
CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurgentfeld**

Referências Bibliográficas

- CAMPOS, F. A. Meios e fins do desenvolvimento para Celso Furtado. Revista Espaço Acadêmico, n. 162, Nov. 2014.
- FURTADO, C. (1952). Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: Memórias do Desenvolvimento, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, jun/2007.
- _____. A economia brasileira: Contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Editora a Noite, 1954.
- _____. Uma economia dependente. Ministério da Educação e Cultura- Os Cadernos de Cultura. 1956.
- _____. (1958) Perspectivas da economia brasileira. Rio de Janeiro: Textos Brasileiros de Economia. Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 2012.
- _____. (1959) Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1977.
- _____. (1961). Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan. In: ELLIS, H. (Orgs.) Desenvolvimento Econômico para a América Latina. Editora Fundo de Cultura: Brasil/Portugal, 1964.
- _____. (1961) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Contraponto: Rio de Janeiro, 2009.
- _____. A pré-revolução brasileira. Editora Fundo de Cultura, 1962.
- _____. Dialética do Desenvolvimento. Editora Fundo de Cultura: Brasil, 1964.
- _____. (1966) Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968.
- _____. (1967) Teoria e política do desenvolvimento econômico. Editora Nacional: São Paulo, 1977.
- _____. Um projeto para o Brasil. Saga: Rio de Janeiro, 1968.
- _____. (1969) Formação Econômica da América Latina. Lia: Rio de Janeiro, 1970.
- _____. (1972) Análise do modelo brasileiro. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1973.
- _____. A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____. O mito do desenvolvimento econômico. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1974.
- _____. Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.
- _____. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1980.
- _____. (1982) A Nova Dependência: dívida externa e monetarismo. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1983.
- _____. A Fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. Ares do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. A superação do subdesenvolvimento. Revista Economia e Sociedade, n. 3, 1994. Campinas, SP.
- _____. O capitalismo global. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.



**A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NACIONAL NO PENSAMENTO DE
CELSO FURTADO: ENTRE ANTES E DEPOIS DE 1964 – Vanessa Follmann Jurginfeld**

_____. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. Raízes do Subdesenvolvimento. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

HYMER, S. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

KALECKI, M. The problem of financing of economic development. Indian Economic Review, Vol. 2, No. 3 (February 1955), pp. 1-22.

PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, Vol.1, 2000.

_____. Prefácio. In: RODRIGUEZ, O. Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

SAMPAIO JR., P. A. Entre a nação e a barbárie. Vozes: Petrópolis, 1999.

SZMRECSÁNYI, T. Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo II. Revista Estudos Avançados. 15 (43), 2001.